Boletim Paulista de Geografia

agb SÃO PAULO DESDE 1934

Dossiê
Geografia e Marxismo

Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea

Anselmo Alfredo

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, São Paulo, Brasil.
ansfredo@usp.br



Boletim Paulista de Geografia

Ano: 2026

N°: 116

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea

Resumo

Argumenta-se a respeito da relação entre crise, crítica e pensamento crítico na geografia, com destaque para a situação brasileira. Apresenta-se a década de 1970 a partir da relação entre a crise do capital, a crise da geografia e sua renovação como geografia crítica. A partir daí, o artigo se refere aos parâmetros atuais da geografia e sua relação com a teoria crítica de Marx, buscando os fundamentos da prevalência de certa geografia estruturalista em detrimento da perspectiva dialética.
Palavras-chave: Marx; queda tendencial da taxa de lucro; crise do capital; crítica social; geografia crítica.

Crisis, social criticism and Marxism in contemporary geography

Abstract

The argument is addressed to the relationship between crisis, criticism and the critical thought in geography, highlighted by the Brazilian situation. The 70's is presented from the relation between the capital crisis, the geography crisis and its renewal as critical geography. From this point of view the article refers to nowadays parameters of geography and its relationship to Marx's critical theory, intending to search for the foundations of the prominence of a structuralist geography to the detriment of a dialectical perspective.
Keywords: Marx; tendency of the rate of profit to fall; crisis of capital; social criticism; critical geography.

O número dos trabalhadores empregados pelo capital, portanto a massa absoluta de trabalho posta em movimento por ele, portanto a massa absoluta de mais trabalho absorvida por ele, portanto a massa de mais valia produzida por ele, portanto a massa absoluta de lucro produzida por ele pode [...] crescer, e crescer progressivamente, apesar da progressiva queda da taxa de lucro. Isso não apenas pode ser o caso. Tem de ser o caso [...] na base da produção capitalista.
Karl Marx em O Capital, Livro III

Introdução

Inevitável desdobrar a relação entre os processos críticos do capital e a crítica nas ciências sociais em geral e na geografia em particular. Ainda que nossa perspectiva seja discordante da ontologia social lukacsiana, é preciso estar de acordo com algumas reflexões. Para Lukács de *História e Consciência de Classe* a crítica não é possível sem a consideração da própria crise da reprodução social do capital. A dimensão negativa da crítica, isto é, de negação do capital como forma da reprodução social deve, necessariamente, relacionar-se com a finitude desta forma social, determinada por suas contradições identitárias. Como segunda ponderação, anotamos que a perda de aproximação crítica do pensamento reflexivo em relação às determinações sociais modernas está amplamente associada aos desdobramentos da crise da reprodução social capitalista, ponto fulcral de seu percurso em *El asalto a la razón*. Em resumo, sem a consciência da crise não há crítica, ao mesmo tempo, o desdobramento crítico do capital leva a certa redução da capacidade crítica da teoria social que pode atingir o estatuto de certa filosofia legitimadora de formas totalitárias de governança, com amplo apoio social. O romantismo nos moldes do retrocesso, ou do futurismo pela técnica é expressão formal ou estética desta situação social. Neste espectro, a pureza da raça, ou o acerto de tudo pela técnica constituem o fenomênico da relação entre crise e a forma conservadora da crítica, se se pode assim denominar este pensamento como tal.

Para Hannah Arendt (1997), nessa trilha, as formas totalitárias de poder se desdobram quando da indistinção entre ralé e elite, na conformação sociológica da massa, em que a indistinção da consciência sob a condição de classe leva à elevação do líder populista. Tanto para Lukács (2003) quanto para Arendt (1997), esta situação social é explicativa de fenômenos fascistas sejam no ocidente, ou no leste capitalista. Em *Origens do Totalitarismo*, a forma histórica sociológica é o nazismo, na Alemanha, e o Stalinismo, na URSS, ambos fenômenos dos anos 1930. Se na Alemanha há a defesa da autenticidade romântica de certa

comuna racial pura, na URSS temos a perseguição aos Kulaks, ambos sob justificativa da luta contra o capitalismo enquanto desagregador de formas socialistas de reprodução social, seja o socialismo racial, seja o social. De qualquer maneira, a conformação sociológica da massa não se estabelece como fenômeno alemão e/ou soviético, temporalmente circunscrito, mas como forma da reprodução social capitalista que pode se conformar a qualquer momento de seu processo histórico.

Neste aspecto teórico, se situarmos a periferia do sistema capitalista como a forma crítica da acumulação do capital mundial (Alfredo, 2025), dentro de sua divisão internacional do trabalho, os anos de 1950 a 1970 podem se apresentar diante deste parâmetro teórico como condições econômicas, sociais e políticas relativamente acríticas do desenvolvimento do capitalismo mundial. A ascensão do capitalismo ocidental fomentado pela crise do capitalismo periférico, trouxe em seu invólucro o centro capitalista como justificativa do percurso histórico que deveria caber à periferia do sistema. Neste sentido, amalgamou tanto o centro como a periferia sob certa consciência justificadora do capitalismo. Para isso, na América, o *american way of life* e, na Europa, o estado de bem estar social indicavam amplas justificativas em prol de certo capitalismo sem contradições e resolvido de seus percalços formativos e de suas mazelas bélicas e sociais que tanto marcam seu percurso existencial. Quanto ao capitalismo do leste, denominado de socialismo real, a expansão da produtividade em busca de sua atualização ao capitalismo europeu e ocidental justificaria sua forma ilusoriamente diversa dos padrões de acumulação de seu antípoda ideológico, o capitalismo. Neste imbróglio, tanto o capitalismo ocidental quanto o do leste estavam no mesmo limite da crítica justificadora de certa forma social capitalista, ainda que ideologicamente se apresentassem como formas alternativas de sistemas sociais.

Perante esta realidade contraditória, entre crise e acumulação, fundada na divisão internacional do trabalho, os desdobramentos da crítica social se fundaram, no entanto, num amplo invólucro econômico e social. Apenas para rememorarmos, o marxismo daí oriundo esteve multifacetado, de modo a ser impossível não reconhecê-lo em sua pluralidade. Da revolução pela crise de Trotsky (2008), das teses sobre o fim do capitalismo pela sua expansão inexorável de Rosa Luxemburg (2004), ao *Imperialismo* constituidor da classe operária

mundial de Lenin (1986), a contradição entre centro e periferia também trouxe à baila as teses ancoradas no melhor do argumento de Marx, a respeito da superação do modo de produção capitalista. Sem elencar as diferenças, não se trata deste aspecto, esta rememoração implica na necessária compreensão de que o desenvolvimento e a crise do capital, em sua simultaneidade, também trouxeram amplos aspectos da crítica superadora, conjuntamente àquela conformadora que, especialmente no século da crise do capital, o XX, irá prevalecer.

Se para Henri Lefebvre (2009) o século XX trouxe em seu invólucro transformador e revolucionário - algo identitário do capitalismo - a derrota da classe trabalhadora, é preciso considerar o acerto da tese de Perry Anderson (2019). Argumento válido, ainda que não concordemos sobre a constituição disto apenas como certo desenvolvimento interno da ciência social deste século, e sim como algo inserido no invólucro dos desdobramentos críticos do capital que, deste ponto de vista econômico e social, conformam o século XX. Para Anderson (2019), há significativa supressão da dialética em prol do estruturalismo que se expressa no arrefecimento das teses sobre a história como superação, centradas especialmente na obra de Henri Lefebvre, em prol do estruturalismo, com significativa preponderância do althusserianismo. Neste sentido, se o século XX constitui o século dos desdobramentos críticos do capital e de seu modo de produção associado, compreende-se o recrudescimento tanto teórico quanto prático de certa conformação conservadora do capitalismo a partir de então, cuja limitação da crítica coincide com certo abandono de Marx.

No contraponto, a crítica social de Henri Lefebvre (1991) à sociedade burocrática de consumo dirigido, à vida cotidiana, apontando-se o consumo como constituidor de certos consensos a obscurecer o preceito contraditório e violento da reprodução capitalista, apresenta-se como remanescente da teoria crítica superadora em relação à representação de amplo consenso conservador adestrado pelo consumo como resultado e processo da crítica reprodução do capital, a partir da segunda metade do século XX. A administração burocrática do cotidiano, constituindo-se o vivido sob os ditames empresariais, anotaria as alienações necessárias para a reprodução da sociedade que, a partir desta segunda metade do século XX, pusera a classe trabalhadora como a grande derrotada das duas guerras mundiais. No entanto, desdobra-se, a partir daqui, os sentidos críticos da reprodução capitalista, na medida em que a

produção de mais valia não mais coincide com a reprodução social. Esta, aliás, amplamente mediada pelo e resultada no consumo como seu *modus operandi*. Com isso, haveria, arriscamos dizer, unidade de representações entre capital e trabalho que pôs o consumo no ápice desse processo a tornar-se espetáculo de si mesmo.

Economicamente, destacam-se duas obras de Ernest Mandel (1985 e 1990), *Capitalismo Tardio* e *A Crise do Capital*, em que se tem a passagem da primeira para a segunda metade do século XX como ponto de clivagem entre o capitalismo produtivo e o financeiro. Os anos de 1950 a 1970 se constituem como duas décadas de ciclos ascendentes e descendentes, mas com resultante descendente, indicativos do processo crítico da reprodução social sem retorno possível a novo patamar remunerador. Com isso, 1973 apresenta a ruptura qualitativa do capital produtivo para o improdutivo, em que a assim chamada crise do petróleo indicaria a crise definitiva do capitalismo que, então, com a terceira revolução industrial, fundada na microeletrônica, acessaria sua forma financeira de reprodução. Portanto, não se teriam mais os ciclos econômicos, mas o processo descendente de acumulação e sem possibilidade de reprodução positiva da taxa de lucro.

Em certa leitura mais recente, Robert Kurz realizou significativo esforço para compreender esta forma da reprodução social, sob os sentidos do que Marx, em sua obra da maturidade, denominou de capital fictício. Para Kurz (1993), a reprodução social, a partir do último quartel do século XX, se daria sob a forma do colapso, em que, à expansão do capital, coincidiria o aumento de suas determinações de finitude. Assim, temas como a crise do trabalho, capital financeiro ou fictício, o dinheiro sem valor, a crise do Estado, o fim do keynesianismo, a crise da heterosexualidade associada ao trabalho produtivo, dentre outros, movimentam uma teoria crítica, a respeito do colapso, amplamente associada às determinações de crise enquanto finitude do capitalismo.

Se tantas diferenças em um percurso de ampla envergadura devém da matriz crítica de Marx, com acessos ora mais ora menos associados à juventude ou à maturidade - cujas diferenças encontram-se na crítica da alienação e na do fetichismo, respectivamente - isso se deu como amplíssimo acesso das teorias sociais críticas como um todo, de modo que a própria geografia, como constituinte deste rol da crítica científica, não esteve à parte.

Alguns aspectos da geografia marxista

Não se intenta aqui uma pesquisa exaustiva de autores na relação entre geografia e marxismo. Sua extensão bibliográfica e temporal não caberia nos propósitos deste artigo, que tem como preceito tocar na relação entre momento histórico do capitalismo e seus desdobramentos na forma da crítica social, a partir da presença de Marx nas respectivas formas de crítica. Acentuamos, em verdade, alguns desdobramentos a considerar a potencialidade e limitações desse espectro teórico para que, então, possamos estabelecer certo balanço do marxismo na geografia atual.

Se considerarmos a geografia a partir da segunda metade do século XX, há um marco considerável a partir da Pierre George, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste (1980).

A proposta desta geografia que se interage com a crítica de Marx é a de reconhecer a relação das partes numa totalidade social, cujo sentido é a intervenção da ciência em melhorias nas condições da reprodução da vida. Com isso, as relações de produção apresentam-se sob a correlação entre clima, solos, economia e política, constituindo-se a região como síntese da realidade, onde caberia ao geógrafo atuar em prol de certa concepção de melhoria que coincidiria com o desenvolvimento regional. A este, o conhecimento da situação geográfica incorpora o acesso aos elementos, termos espaciais, que aceleram ou "freiam" a satisfação das necessidades. Este caminho leva à síntese regional que permite a atuação do geógrafo frente a certo desenvolvimento regional amplamente apoiado na concepção industrial da reprodução social. A região, assim, se faz de modo polar a partir da realidade industrial que mobiliza desenvolvimentos em sua área de influência. Com isso, ao geógrafo caberia a retirada das condições de isolamento de regiões restritas, de modo a adequar a capacidade produtiva do capitalismo à sua revolução demográfica.

Ao que pese a busca de certa compreensão da totalidade, enquanto método da geografia, sua perspectiva ativa trouxe caracterizações isoladas perante à necessidade de atuação do geógrafo no desenvolvimento regional vinculado ao consumo e à realidade do continente europeu. Esta perspectiva, portanto, não pôde transcender à crítica social atrelada aos ditames do Estado e da economia capitalista que, apesar da importância de sua aproximação à teoria

crítica de Marx e à dialética de Hegel, afastou-se da crítica superadora do modo de produção, a partir das próprias contradições identitárias do mesmo. Ainda que escrita posteriormente à *Geografia Econômica* (1983), mesmo assim, a perspectiva eurocêntrica de civilização se configurava como o principal aporte de seu método, de modo a incutir na análise a localização de problemas deslocados das determinações mais gerais da reprodução social. Mesmo sob a proximidade dos movimentos sociais de 1968, em embates com as estruturas fundantes do capitalismo, como o Estado, o trabalho e o capital (Lefebvre, 1968), essa geografia, ainda que sob o mérito de unir marxismo e ciências acadêmicas, não se constituiu como alteridade em relação à situação a que criticou. Dentre outros aspectos, certa falta de compreensão da simultaneidade entre o que ela mesmo denominou de desenvolvimento e subdesenvolvimento, trouxe um ponto cego da crítica cujo resultado foi a salvaguarda do estado de bem estar social como exemplo a ser seguido. Nesse sentido, além de burocrática, no dizer de Manoel Correa de Andrade (1985), não deixou de acentuar a crítica moral, da conduta relativa às necessidades e à criatividade produtiva que caberia desdobrar o subdesenvolvimento. Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em sua apreciação à *Geografia Econômica* de Pierre George, dentre as tematizações elencadas de sua crítica, destacamos a respeito dos sistemas econômicos a observação de que há "[...] encadeamento lógico que marca as mais contundentes obras do discurso ideológico dos cientistas europeus" (1977, p. 46).

Num aporte mais interno à teoria crítica de Marx, *Marxismo e Geografia* de Massimo Quaini (1979) apresenta a necessidade de certa crítica em que a relação sociedade natureza deva estar no preceito de totalidade social e dialética. Para além de certo conhecimento enciclopédico, cujo resultado seria o conservadorismo em relação ao status quo - crítica endereçada a Almagià, geografia mais acessada na e da Itália deste tempo - a aproximação de Quaini visa aos excertos de Marx e de Engels - *Grundrisse* e *Dialética da Natureza*, respectivamente. Nesta aproximação, o centro da crítica se refere à relação entre história social e história natural, incluindo-se aí as teses a esse respeito dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de Karl Marx. Assim, obviamente, sua crítica supera "[...] o significado apologético [que] é por demais evidente" (Quaini, 1979, 17) no enciclopedismo de Almagià. Contudo, nesta totalidade a partir de Marx, ainda que profusamente supere o objeto de uma geografia

fragmentada e sem nexos internos, sua circunscrição às relações causais entre sociedade capitalista e destruição da natureza acaba por sugerir a necessidade de superação da forma social capitalista, mas sem colocar, a partir das determinações internas ao próprio capital, os sentidos possíveis de sua superação. Nesse aspecto, a perspectiva especulativa da crítica não inclui a transcendência como forma e momento da totalidade concreta, existente na teoria de Marx de que parte. Por isso mesmo, a superação fica sugerida, porém, externa à constelação categorial que conforma a crítica ao capital e seu percurso histórico. Talvez aqui, a própria noção de especulação, retirada da *Ideologia Alemã* de Marx, cujo empenho é partir das abstrações para as concretudes do real, tenha-se associado à perspectiva concreta da natureza. Portanto, o "[...] o materialismo histórico constitui-se, [...], como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana." (Quaini, 1979, p. 43).

Assim, haveria certa relação direta entre concretude dialética e o espectro físico da natureza, tomada esta como condição das relações de produção. Por aqui, a ampla gama de contradições internas da valorização do valor permanece no lado externo e reduz a possibilidade de se compreender os limites do capital postos por ele mesmo. A unidade entre homem e natureza, tomada dos manuscritos, em verdade, não propõe alteridade entre um e outro, limitando-se a certa concretude que não alça às determinações da dialética de *O Capital* que se fundamentam na superação da *physis*. Não sem motivos, a própria crítica da alienação dos manuscritos se supera em crítica do fetichismo na obra da maturidade de Marx que, de modo inverso, o físico - que constituirá a fisiocracia da economia política - torna-se objeto da crítica porque fundamento do fetichismo. Esta mudança do prisma da crítica é o reconhecimento, por Marx da maturidade, de que a abstração trabalho, como tempo social de trabalho, essência da forma social capital, não se constitui em ente estético. Assim, não passa pelos sentidos. Diante disso, a expressão fenomênica desta abstração se faz pelo físico, fetichizando-se o metafísico como *physis*. Neste sentido, a totalidade social inclui o fetichismo porque se põe na unidade contraditória da matéria entre o físico e o metafísico, ou social. Nas palavras de Marx, "[...] os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas, ou sociais" (1988, vol I, p. 71).

Nesta inversão, a natureza física não poderia ser a unidade entre crítica e superação. A salvaguarda da natureza física, contra seus desastres, teria de ser mediada pelo reconhecimento da *physis* como forma do fetichismo.

Sem isso, para ficarmos nos parâmetros da dialética, não se chegaria à negatividade ou à essência da forma contraditória do capital, qual seja, a unidade entre acumulação e crise, fundada no desenvolvimento das forças produtivas e na consequente redução de sua taxa de acumulação, o que levaria à ruptura qualitativa e indicaria a finitude da forma social como um todo. Neste aporte, a concretude, ao contrário dos manuscritos de Marx, seria mais ortodoxamente hegeliana nos escritos da maturidade, no sentido de se fundar em contradições, não em aspectos mais ou menos físicos do real. É significativo apontar a relação intrínseca, na crítica de Marx, portanto, entre os processos críticos e a própria crítica especulativa do real capitalista em que a contradição entre crise e acumulação permitiria compreender e criticar o movimento do real em contínua e contraditória formação. Assim, ainda que Marx da crise imanente tenha sido citado, a partir dos *Grundrisse*, o desdobramento da reflexão de Quaini (1979) se dá em torno da crítica ecológica, recaindo naquilo que Marx já havia superado e se apresentaria como objeto de sua crítica de modo mais acabado em sua reflexão d'*O Capital*. Nas palavras de Quaini:

> Não pretendemos a esta altura resumir em poucas páginas as contradições que agitam o capitalismo, em seus diversos níveis: nos limitamos somente a um, aquele que podemos definir, modernamente, de nível ecológico e que, em outras palavras, diz respeito às relações entre homem e natureza e as contradições que se manifestam no interior da organização territorial do capitalismo. (Quaini, 1979, p. 130).

Com isso, das contradições internas e identitárias do capital, as quais dão o aspecto propriamente dialético do método de Marx, o de que o capital se move em sua auto destituição, a exigir constantemente o repensar e o refazer entre teoria e prática - dada a mediação do fetichismo - salta-se para suas formas de externalidade. A relação sociedade natureza, em seu aspecto de crise ambiental, portanto, não pode ser o problema *ex machina*, como essência a partir do qual se soluciona e se supera o capital. Ao contrário, a superação do capital terá de vir com a superação da sua condição destrutiva. Assim, não se supera esta antecipadamente em relação à superação da forma social. Para isso, seus nexos essenciais, vinculados à acumulação, à crise e sua ficcionalização deverão desvendar o fetichismo de sua condição inexorável e

insuperável, mobilizando-se a consciência para a impossível correspondência entre nexos destrutivos e manutenção da forma social capital. Assim, não se tem um limite do capital no limite da natureza, ao modo do Clube de Roma, mas a necessidade de se vislumbrar em sua voracidade destrutiva, tanto maior, quanto maiores os limites de sua reprodução, exigindo-se, a partir daí, a consciência da ação enquanto práxis.

O marxismo na geografia que trouxe certa apreensão mais próxima dos nexos internos e essenciais da reprodução capitalista, mesmo o que não tenha se atrapalhado na armadilha ecologista, acabou por circunscrever-se no harmonicismo (Grossmann, 1979) entre capital financeiro e acumulação de mais valia. O resultado foi a distorção conservadora da constelação categorial de Marx a pôr os próprios nexos da crise como mera adequação do capital em sua eterna reposição.

Assim, a manutenção das categorias da crítica de Marx, como constelação lógica do argumento, numa perspectiva harmonicista - entre capital fictício e acumulação positiva de valor - só seria possível, enquanto fetichismo da crítica, se a própria noção de crise estivesse invertida em relação à crítica de Marx de que parte. Desta inversão conservadora e harmônica, David Harvey é seu grande expoente. Para Marx, o enigma do capital ou sua forma enigmática está na contradição entre as determinações expansivas e as de crise da reprodução social, ou a queda tendencial da taxa de lucro. Com isso, enquanto para Marx a expansão é determinada pela crise e se põe como forma compensatória da redução de sua remuneração relativa através de sua expansão absoluta, para Harvey, expansão e acumulação positiva são meras expressões distintas de um só resultado. Neste sentido, a contradição enigmática de Marx perde absolutamente sentido na composição positiva de Harvey e a autodenominada "solução do enigma" por Marx tem o véu reposto na crítica positiva de David Harvey. Se, para Marx, a solução desse enigma, que constitui o fetiche do capital, torna-se a fundamental distinção entre crítica à economia política e economia política, a inversão conservadora de Harvey certamente recai como objeto da crítica de Marx constituída já no século XIX. A atualidade de Harvey e seu engodo crítico, no entanto e curiosamente, é a própria crise, que funda os sentidos conservadores da crítica. Nos desdobramentos da crise do capital financeiro, não mais do capital produtivo - própria do último quartel do século XX -, caracterizadora do século XXI,

especialmente a partir de 2008, a inversão do enigma do capital na crítica conservadora só pode se constituir como mantra desesperado a apaziguar a consciência que identifica fim do capitalismo com o fim da existência sobre a Terra. Por isso mesmo, para Harvey, em seu *jab* de direita "as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo" (2011, p. 22), de modo que sua relação com o processo geral da reprodução está na manutenção da forma social.

Embora se reconheça, sem nenhuma ingenuidade teórica, a ascensão do capital financeiro, especialmente após 1973 e o fim de Bretton Woods, como algo qualitativamente diferenciado em termos de reprodução social capitalista, as bolhas financeiras se salvaguardam na busca de ativos. Nesse sentido, há dois aspectos a se discordar. Primeiro, a expansão em busca de ativos não implica na produção de valor, mas fundamentalmente, na remuneração do preço - não do valor - da massa monetária como capital excedente, mesmo porque esses ativos são imobiliários, agroindustriais, minerais, etc. cuja capacidade de produzir valor está questionada pelo altíssimo desenvolvimento das forças produtivas gerais do capital. Não obstante, fosse produção de valor, não caberia falarmos na sobredeterminação do capital financeiro (fictício), um é excludente do outro e só a harmonização da contradição entre lucro e juros poderia acessar positivamente esta situação. Um segundo aspecto é que, justamente, sem levar isto em consideração, o enigma do capital não se desvenda, especialmente porque Harvey equipara precificação do dinheiro, juros, com lucro. Contra a economia política, Marx já havia desvelado o problema do enigma do capital ao se referir à lei da queda tendencial da taxa de lucro:

> Dada, porém, a grande importância que essa lei tem para a produção capitalista, pode-se dizer que constitui o mistério em torno de cuja solução toda a Economia Política gira desde Adam Smith e que a diferença entre as diversas escolas desde Adam Smith consiste nas diferentes tentativas de solucioná-la. Se, porém, por outro lado, se considera que a Economia Política até agora certamente tateava em torno da diferença entre capital constante e capital variável, mas nunca soube formulá-la definidamente; que ela nunca apresentou a mais-valia separada do lucro e o lucro nunca em forma pura, separadamente de suas partes constantes autonomizadas entre si - como lucro industrial, lucro comercial, juros, renda fundiária; que ela nunca analisou a fundo a diversidade na composição orgânica do capital e, portanto, tampouco a formação da taxa geral de lucro-, então, deixa de ser enigmático que nunca lhe foi possível decifrar esse enigma. (Marx, 1988, vol III, p. 155-156).

Mas David Harvey, postulando o oposto - e para isso há que ter indefinições categoriais -, realiza o esforço teórico de compreender porque, apesar das crises, e de sua propensão às crises o capitalismo sobrevive, ao invés de compreender a crise como processo histórico de finitude de certo modo de produção. Daí a questão do autor:

> Como o capitalismo sobrevive e por que é tão propenso a crises? Para responder a essas perguntas primeiro descreverei as condições necessárias para a acumulação do capital florescer. Então, justificarei as possíveis barreiras que existem para o crescimento perpétuo e examinarei como estas normalmente foram superadas no passado, antes de mostrar quais são os principais bloqueios desta vez. (Harvey, 2011, p. 41).

Vê-se que o problema teórico não é o de superação, mas de eternização da forma social, considerando-se apenas as diferenças das formas da crise e de suas respectivas superações. Para mobilizar este preceito pouco marxiano da crítica, talvez, sequer marxista, há que se obscurecer a diferença entre juros e lucro. Ainda, há que, à moda da economia política do século XIX, vislumbrar o lucro na esfera comercial, pela diferença de preço entre compra e venda. Assim, a compra de grupos privados de empresas estatais a preços menores do que o preço de revenda ao próprio Estado, constitui para Harvey "lucro substancial" (Harvey, 2011, p. 49), como se o lucro comercial fosse igual à produção de valor, numa conservadora miscelânea entre preço e valor. Da mesma forma, distorce o sentido de valor pela forma preço, no âmbito da esfera financeira, quando informa que "[...] os especuladores compram os ativos mais baratos hoje pensando em vendê-los com lucro quando o mercado melhorar" (Harvey, 2011, p. 48). O mesmo ocorre em relação aos serviços financeiros, em que os juros têm de ser considerados como lucro. Assim, para o autor, "[...] faz uma diferença se os bancos emprestam três ou trinta vezes o que eles têm em depósito. O aumento da dinâmica significa muito simplesmente a criação de moeda dentro do sistema bancário e o rápido aumento dos lucros" (Harvey, 2011, p. 49). Com isso, a expansão do capital em busca de ativos, determinado pela lucratividade negativa expressa na sua determinação financeira, é amplamente compensada na artimanha teórica de juros se tornarem lucro e, assim, teoricamente, o capitalismo está salvo como eterno presente.

Essa argumentação justifica o título do livro de Harvey na medida em que reafirma o enigma, mas não o desvela e fica, portanto, no seu invólucro. As consequências mais empíricas dessa forma é compreender a expansão espacial e material do capitalismo como salvaguarda da

redução de sua remuneração, o que trouxe grande influência na geografia contemporânea, especialmente do ponto de vista da expansão da produção do espaço urbano (Harvey, 2009). Neste sentido, a expansão espacial da realidade capitalista acaba se constituindo como fronteira expansiva da produção de mais valia, o que alimentou um número significativo de pesquisas em geografia urbana sob o preceito da acumulação sem nexos com as determinações críticas. Nesse invólucro, por exemplo, seria impossível explicar a crise de 2008 que teve seu gatilho, justamente, no setor imobiliário urbano. Afirma que "a produção do urbano [...] tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra" (Harvey, 2011, p. 122). Assim, o preço imobiliário não se explica pelo avantajado volume de capital ocioso disponível em detrimento da produção de valor (Alfredo, 2010), mas pela produção de mercadorias fornecedoras à produção urbana. Nesse sentido, fica sem sentido a explicação da crise de 2008 a partir do excedente do preço sobre o valor, pois, se se confunde, em primeiro plano, juros com lucro, num segundo aspecto, torna-se indistinta a diferença entre preço e valor, crítica de Marx à economia política, já no século XIX.

Esse raciocínio se desdobra e se amplia na esfera da geopolítica do capital contemporâneo. Para David Harvey (2009b), a acumulação de capital se justifica pela compreensão do "novo imperialismo", o que, aliás, dá título a seu livro. Além disso, não há diferença entre o imperialismo do final do século XIX e inícios do século XX, para as formas de dominação atual, no que diz respeito à diferença entre capital produtivo e capital financeiro. Assim, argumentamos, ainda que tenhamos dominação e expansão territorial, a busca por ativos é indicativa de que não se trata mais de capital produtivo. Portanto, não podemos meramente requalificar com a ideia de "novo" para mantermos a concepção mais fundante de exploração produtiva a que imperialismo está relacionado, em termos de mundo moderno. Com isso, também do ponto de vista das relações internacionais, a contradição enigmática, que constitui o fetiche do capital, isto é, expansão determinada pela crise, aparece como algo meramente positivo. Para David Harvey, a espoliação, do ponto de vista teórico, como o novo do imperialismo, está na velha e carcomida tese de que a acumulação primitiva do capital se renova a cada dia, o que torna cada vez mais distante a possibilidade da compreensão da crise e uma contradição nos próprios termos com a financeirização do capital, além de não se chegar

à noção de superação. Esta, ao mesmo tempo que se põe como o sentido mais forte da especulação dialética, por isso mesmo, quando se apresenta nessa inversão de sentidos, é mera possibilidade prática independente da lógica categorial de que se parte. A contradição enigmática entre crise (desvalorização) e expansão do capital é externa à leitura de Harvey a respeito de *O Capital* de Marx porque a resultante é positiva. Se falamos em eterna acumulação primitiva, não podemos nos referir ao capital financeiro nos moldes do mundo contemporâneo, como reconhece Harvey a financeirização atual. Assim, ativos precificam ações, não produzem lucros, porque já demandados pelo excedente de capital, isto é, capital que não encontra, nos mesmos moldes de sua acumulação, trabalho vivo para explorar. Jamais teríamos esta condição histórica se este fosse o caso:

> [...] a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, "o pecado original do simples roubo", que possibilitara a acumulação original do capital, "tinha de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente". Se assim é, o "novo imperialismo" mostra não passar de revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distintos. Resta examinar se essa é uma conceptualização adequada das coisas. (Harvey, 2009a, p. 32).

Não há o que discutir a respeito da sobredeterminação das finanças e do excedente de capital se o problema é o da eterna acumulação primitiva. Esta, antes de mais nada, é formação do trabalho e não acumulação monetária. A segunda ocorre sem a primeira, daí o capital fictício como forma da reprodução do século XXI. A sobredeterminação do capital financeiro em relação ao produtivo só se realiza, pela crítica de Marx de que se parte, se o trabalho e a produção de mais valia estiverem numa crise sem retorno.

Estas anotações são de significativa importância, porque demonstram sobremaneira os caminhos que a geografia marxista tomou em sua crítica ao mundo contemporâneo, especialmente após a renovação da geografia brasileira cuja crítica não atravessou o século e foi, de alguma forma, solapada pelas teses estruturalistas que substituíram a viva contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção pela miséria filosófica da técnica.

O marxismo e a geografia brasileira

A autodenominada renovação da geografia brasileira tem seu marco no Encontro de Geógrafos Brasileiros da AGB nacional, em 1978. Deste marco, derivamos a importância de sua intrínseca relação entre os desdobramentos de seu autodenominado aporte crítico - geografia crítica, crise da geografia - e a crise do capitalismo já anotada mais acima, a partir de 1973. O que se destaca são os desdobramentos críticos do capitalismo coincidentes com sua aproximação à crítica de Marx, seja dos manuscritos, seja da maturidade. A contrapelo da tese lukacsiana comentada mais acima, em pleno movimento crítico da reprodução social, a teoria crítica, de um modo que abordaremos a seguir, foi irruptiva em relação à forma da reprodução que a produzira. Isto contudo, não evitou a ascensão das leituras espaciais que remeteram à certa crise da dialética na geografia, fenômeno das ciências sociais como um todo. Do ponto de vista geográfico, Ruy Moreira (1999) já apresentava a prevalência das redes, da homogeneidade em detrimento da contradição identitária da igualdade-diferença.

De qualquer modo, há, nesta renovação, a ruptura com a geografia tradicional e mesmo com a teorética que trouxe a aproximação da crítica em relação às determinações espaciais do mundo moderno, aproximou-se da crítica ao imperialismo e às condições periféricas do capitalismo, além de se buscar a relação dialética entre sociedade e natureza. Nesse sentido, sob diferentes aspectos, a geografia crítica deste tempo tendeu a se aproximar, o quanto mais, da crítica do valor de Marx.

Do ponto de vista das questões agrárias a tese de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, a primeira a trazer o pensamento de Marx para a geografia brasileira, indicava as limitações estruturalistas isentas da compreensão da propriedade privada da terra como mediação das desigualdades na formação da realidade agrária brasileira, a destacar a impossibilidade da concepção harmônica de espaço de Von Thünen. No plano sociológico, a contradição entre capital e trabalho trouxe a apreensão do campesinato como classe social que particularizaria a formação do capitalismo brasileiro (nossas discordâncias em relação a esta tese sociológica não cabem nos propósitos deste artigo. Fizemos essa crítica a partir de José de Souza Martins em Alfredo [2023]). No plano da divisão internacional do trabalho, desdobrou a pugna teórica contra as relações desiguais entre centro e periferia numa crítica ao entreguismo nacionalista

ditatorial e sua associação ao capitalismo norte-americano. Quanto à crítica nacionalista desta tese, já esboçamos nossas discordâncias em Alfredo (2025).

Na perspectiva mais vinculada entre o espaço e a crítica que se renova, encontramos especialmente a geografia urbana, a qual se apoiou amplamente na noção de valorização do espaço. As desigualdades espaciais, a segregação sócio espacial, vinculada pela propriedade da terra em que seu preço indicava a valorização espacial, explicitou o cerceamento às camadas menos favorecidas à cidade. Nesta miríade temática, ainda que de vertente profusamente contraposta ao *status quo*, algumas contradições são necessárias de se apresentar, na medida em que o reconhecimento da insurgência da teoria geográfica crítica, no invólucro do afundamento crítico do capital, encontrou, ao mesmo tempo, seus limites teóricos e práticos, não menos determinados pela própria crise da formação social como um todo.

Quanto à valorização do espaço, se isso aproximou espaço e valor à teoria crítica, na pena de Antonio Carlos Robert Moraes e Wanderley Messias da Costa tornou ontológica a noção de valor, o que prescreveu a impossibilidade de se vislumbrar a superação categorial, especulação propriamente dialética. Consequentemente, a ciência do valor, portanto, deveria se constituir na moldura axiomática indelével e não superada. Há consequências a se derivar disso, do ponto de vista da longevidade da crítica.

Não obstante, em consonância com toda a auto reconhecida renovação da geografia - em relação à tradicional e neopositivista (matemática) - o invólucro crucial que limitou o alcance da crítica, a nosso ver, foi justamente buscar a salvaguarda do conhecimento disciplinar, ainda que a totalidade estivesse no horizonte. Circunscrever o objeto e o método próprio coincidiu com a salvaguarda da ciência, quando, argumentamos, sua autodenominada crise de objeto não se fazia a despeito da crise geral da reprodução capitalista. Como nos indicou Henri Lefebvre (2009), a respeito do "espaço de catástrofe", a crise da reprodução não se efetiva como mera crise econômica, mas, a partir desta, constitui-se em estado crítico. A ciência, ou as ciências, não estiveram aquém ou além deste momento da formação social capitalista.

Assim, ao invés de reconhecer na crise da ciência um aspecto da revolução social, buscou-se torná-la exceção diante do estado crítico que produzia sua própria crise. Nessa contradição, diria nos próprios termos, entre o método que busca alçar à consciência do real

em crise e, ao mesmo tempo, salvar a ciência de sua crise de método e de objeto, o resultado seria, justamente, estar às cegas teórica e empiricamente aos nexos negativos do capital, objeto de desvendamento que a própria geografia se cobrava. Com isso, a crítica apartou-se da crise e quanto mais se delineou um temário próprio e estritamente geográfico, menos o materialismo dialético haveria de participar dos conteúdos teóricos da geografia. Aliás, isso tornou-se exponencialmente explícito quando a geografia conformou-se à saída da crise acomodada em seus axiomas espaciais, territoriais e regionais, quando de sua formulação pelo meio técnico-científico informacional, desdobrado pela obra de Milton Santos.

A cobrança de nosso argumento não é de ortodoxia, nem de doutrinamento em relação a Marx, mas de se reconhecer que tais teorias, hoje, são inócuas para se compreender processos absolutamente evidentes da reprodução capitalista expressos na sua reprodução crítica. Sem a crítica de Marx isso não é possível, e sem essa possibilidade, dada a preocupação da geografia com o seu acesso ao desvendamento do real, tal ciência não atinge os seus objetivos. No extremo, a geografia que melhor delineou o seu objeto, o espaço como um sistema de objetos e de ações, repetido pelos seus seguidores *ad nauseam*, expressa a expansão do seu objeto como mera confirmação do real existente, sem derivar daí determinações do real enquanto processo. Em última instância, em plena revolução da forma social, o máximo a que se chega é na conclusão da expansão do meio técnico científico informacional, ou do sistema financeiro, como afirmação do capital e, assim, permanece no limite de certa fenomenologia lógica.

Com isso, contraditoriamente, na unidade dos geógrafos dessa geração, partindo especialmente da crítica de Marx, quanto mais se buscou circunscrever o objeto propriamente geográfico materialista, histórico e dialético, mais se constituíram os preceitos de uma geografia que se apartava do método almejado, mesmo que isso tenha ocorrido em outros autores, pesquisadores, no sentido de certa tendência geral da geografia. A essa anotação, podemos sintetizar a afirmativa de que "[...] a construção de uma Geografia nova, embasada no materialismo histórico e dialético deverá encaminhar-se para a constituição de [...] uma *teoria marxista da Geografia*" (Moraes, s/d, p. 37 e segs.). O preceito dos axiomas disciplinares buscou recrudescer-se diante da ruptura que o capital promovia para consigo mesmo como

determinação de seu próprio tempo e que se personificava na crise do pensamento científico em geral, a geografia inclusa.

A sobrevivência do marxismo na geografia, no entanto, não se manteve como movimento de contínua renovação, mas a partir de autores e pesquisadores que se mantêm numa luta pela sua continuidade enquanto teoria e método da geografia que, contra o lado oposto, se debate com a coincidência entre neoliberalismo - que afeta a universidade como um todo - e o acolhimento das teorias menos críticas, porque, como sabemos, o método tem ampla significação no movimento prático do real.

Na perspectiva urbana marxista, a tendência mais presente foi similar a de David Harvey, de que a expansão do urbano significaria maior acumulação do capital. A essa concepção, a noção de valorização do espaço adequou-se *pari passu* à expansão dos investimentos capitalistas. Não se mobilizou a diferença entre os anos de 1930, na conformação imperialista da valorização do espaço pelas companhias internacionais, coerentemente assim compreendido pela tese de Odette Seabra (2019), com a forma especulativa desta expansão após os anos de 1970. Após o capitalismo desse momento, na leitura geográfica, a contradição marxiana entre crise e expansão do capital - fetichismo do capital - foi desconsiderada e toda expansão espacial coincidiu com valorização positiva do capital, através da já mencionada noção de "valorização do espaço". Ao invés da geografia urbana ver na expansão imobiliária a precificação que expressa o capital financeiro ou fictício, viu, nesta, a acumulação de capital justificada pela noção de valorização do espaço. A resultante temária foi, pelo espaço urbano, unir capital sob a determinação financeira, com produção de valor, como se a expansão urbana fosse a salvaguarda da acumulação. Aqui, não consideramos os desvios teóricos a respeito das cidades médias e o estruturalismo marxista que isto constitui. Esta crítica desdobramos em Alfredo (2023b).

Por isso, é necessário considerar que o marxismo de viés crítico que incorpora a negatividade necessária, através da geografia, como negação do próprio capital, tanto teórica quanto do ponto de vista da formação social historicamente datada, reconheceu crise do capital com a urbanização crítica (Damiani, 2009). A mediação teórica e prática para esta condição

compreende-se pela "cidade como negócio", passagem de uma acumulação capitalista agrária e periférica, para uma "acumulação urbana" (Silva, 2005).

Nesta conformação, nem a cidade, nem a geografia se tornaram, respectivamente, prática ou teoricamente, a salvaguarda da eterna reprodução presente. Na proletarização generalizada do habitante, a cidade do século XXI, enquanto habitat e proletarização, "[...] nega, contraditoriamente, o trabalho" (Damiani, 2009, p. 311). A teoria crítica nesta geografia urbana assenta-se no plano essencial da crítica do valor em que a crise do trabalho, como crise urbana, é a do capital que envolve a forma social como um todo. A extrema urbanização na esfera da administração da reprodução social como negócio, unida à ampliação dos negócios imobiliários, portanto, é vista no invólucro deste desenvolvimento como expansão crítica da reprodução capitalista e que envolve a alienação no plano da vida cotidiana.

O lado oposto desta leitura encontramos em Carlos (2004, 2025) em que, na primazia do capital financeiro, o capital-dinheiro volta-se, especialmente "[...] à produção do espaço, como mercadoria passível de geração de lucros maiores do que para o setor industrial, em crise" (Carlos, 2004, p. 58). Assim, a crise não se constitui da forma social capitalista, mas do setor industrial, amplamente compensado pelo crescimento dos negócios imobiliários urbanos.

O ponto fulcral do problema, nesse sentido, é a observância ou não das teses de Marx a respeito das formas compensatórias referentes à redução da remuneração do capital ou, para falarmos categorialmente, da queda tendencial da taxa de lucro e o consequente fetichismo do capital, fundado na contradição entre redução da metafísica valor e expansão física de seus investimentos.

Derivações atuais do marxismo na geografia brasileira, balanço incompleto

A geografia marxista brasileira hoje, do ponto de vista de sua matriz, isto é, sem considerar o universo de dissertações, teses, artigos e outros no plano nacional como um todo, pode ser identificada em seu núcleo propriamente uspiano. Muitas derivações e segmentos existentes em outras escolas universitárias, não pouco, formaram-se no departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e atuam como egressos deste departamento, embora isso não seja exclusividade. Se isso tem o

lado importante de certa reprodução, há que se considerar o seu aspecto de resistência perante um conhecimento que, já dito acima, enveredou para o estruturalismo da técnica, em detrimento da dialética e não menos importante, também tem sua sede no mesmo departamento. Não se pode desconsiderar, quanto à geografia marxista, a importância do Laboratório de Geografia Urbana como espécie de centro formativo do pensamento marxista na geografia brasileira. Internamente, as suas atividades incorrem em três vertentes principais. A primeira, é a de fundo marxista-lefebvriano e sua perspectiva espacial, que acessa a unidade entre Marx dos manuscritos e de *O Capital*, numa crítica da alienação, seja do espaço, seja do urbano. A segunda, com acesso preferencial à obra da maturidade de Marx, sem preocupação com a formulação de nova corrente marxista e, com certa ortodoxia, procura compreender os fenômenos do mundo contemporâneo tensionando o Marx do capitalismo concorrencial com os aspectos do capital fictício do mundo hodierno, seja no campo, na cidade ou no urbano. Por fim, a formulação marxista de vertente vinculada a Robert Kurz e Roswitha Scholz, em que se propõe derivações teóricas a respeito do mundo contemporâneo sob a tese do colapso da modernização e que atua em temas tanto urbanos quanto os agrários, assim como a respeito do fenômeno migratório. Nestas últimas duas, ao que pesem diferenças e divergências, o espectro teórico se fundamenta na crítica ao fetichismo, seja da mercadoria, seja o do capital.

Do ponto de vista da geografia agrária, outra matriz marxista pode ser considerada através do Labagrária, herdeira das teses sobre o campesinato de José de Souza Martins, repostas à sua maneira por Ariovaldo Umbelino de Oliveira e que remeteram à tese da terceira via em relação ao capitalismo, expressa na luta pela terra e contra a concentração fundiária, um dos esteios da desigualdade social no Brasil.

Por fim, podemos mencionar o Geopo, Laboratório de Geografia Política, em que as leituras de Marx se aproximam negativamente das teses do sistema mundo de Arrighi e Wallerstein, sob a perspectiva de longa duração de Fernand Braudel.

Dessa matriz marxista não podemos desconsiderar certo apartamento da noção de totalidade, existente no próprio método materialista de que se é herdeiro, demonstrando-se certa fragmentação do conhecimento na medida de suas próprias tematizações, obviamente, muito coerentes dentro da proposta de método e de objeto.

Nesse conjunto, encontramos aproximações sobre o Estado (Simoni, 2025) em que, se há certa compreensão a respeito do poder para além de sua organicidade interna, transcendendo para a hegemonia social, numa vertente explicitamente gramsciana, a realização do Estado vai a despeito de contradições e ou determinações universais econômicas do processo social. Nessa medida, a formação do poder estatal, sua generalização, apresenta-se com independência da totalidade que o materialismo exige, como se daí, a conformação social e espacial, por exemplo do urbano, estivesse sob a primazia do político e de sua normatização.

Sob a ampliação do horizonte da totalidade, a inclusão da crítica à forma racial da realidade, seja no urbano (Alves, 2025), seja na conformação do escopo educacional (Juliazs, 2025), segue a mesma conformação de certa unidade em si, sem vínculos entre a forma mercadoria, a forma capital e a formação de consciências mediadas pelas questões raciais como necessidade da reprodução social. No extremo, o fundamento se apresenta como certa permanência histórica e ainda que a inerência entre capitalismo e racismo possa se anunciar, a mesma não se mobiliza pelas contradições identitárias do capital e, assim, a mudança na educação e ou na urbanização podem aparecer por si mesmas, por sujeitos que não apresentam o fundamento de seus respectivos surgimentos. Não se situa o problema, por exemplo, de porquê as questões raciais, na sociedade e nas ciências voltam à tona, na atualidade. Seria pertinente compreendê-las à luz de certa democratização, ou de certo recrudescimento da crise que exige maior concorrência e agrava a forma totalitária de ser da governança? O xenofobismo, a retomada de governos ultra liberais podem trazer alguma evidência nesse sentido, em que a maior dificuldade crítica de realizar as relações categoriais do capital acirra suas formas truculentas de reprodução.

Se o preceito da crítica, ainda no urbano, remete às definições de luta de classe, ainda que no reconhecimento de suas transformações em relação aos momentos vivenciados e definidos por Marx e Engels, coloca-se o problema de sua amplitude atual. Ao que pese o reconhecimento da ruptura atual em relação ao capitalismo industrial, as transformações nas lutas de classes continuam a atuar como movimento do processo (Scifoni, 2025). Isso implica em desconsiderar a unidade tão fortemente compreendida por Henri Lefebvre entre classes sociais através da unificação da consciência pelo consumo. Neste caso, perdem-se as conexões

entre o Estado que se amplia, comentada mais acima, para além de suas condições de órgão executivo, e a redefinição das determinações da identidade e da luta de classes. O sentido, apesar do importante reconhecimento das diferenciações ao longo das rupturas do capitalismo para consigo mesmo, é o de certa hipostasia da luta de classes, como se ela exercesse, a qualquer momento do capitalismo, os mesmos resultados de contraposição. Para isso, mesmo partindo-se muitas vezes das reflexões lefebvriana, há que se abster da consideração referente ao forte sentido de cotidiano elaborado por sua crítica social. Acrescentamos, ao mesmo tempo, que esta hipostasiação também torna-se inoperante quando da necessidade de se considerar a amplificação das formas neoliberais de Estado, somente possíveis com amplo consentimento social. Ao mesmo tempo, há que se notar o reconhecimento dessa perspectiva teórica a respeito e com respeito às mais diferentes manifestações de contraposição que se realizam numa escala reduzida, mas que mantêm a experiência de contraposição, passível de ampliação em momentos específicos da reprodução social (Verdi, 2025; Scifoni, 2025). O principal é a consideração de que a superação das opressões, desigualdades, explorações e humilhações do mundo moderno, só são passíveis de realização a partir da transformação cabal das relações capitalistas de reprodução. A ponte ausente nessa elaboração, contudo, são as derivações necessárias a partir da contradição entre relações de produção e desenvolvimento das forças produtivas. Sem este empenho, o revolucionário e o transformador sempre aparecem indeterminados, sem nexos categoriais com o método de que parte para compreensão de sua possibilidade histórica e geográfica, nesta última, talvez, a topia do utópico. Superar o trabalho, realizar sua desmercantilização encerra a necessidade de se situar, historicamente datadas, as formas em que as relações de produção e seu universo categorial se encontram, de modo que o revolucionário não apareça como mero desejo crítico de quem realiza a crítica social.

Assim, também, o importante fenômeno do turismo (Cruz, 2025), especialmente a partir dos anos de 1970, associado às sociedades tanto centrais quanto periféricas, ou ao sul global, como alguns preferem considerar, apresenta-se na crítica marxista vinculado à forma neoliberal do capital. Isso implica considerar as segregações, as concentrações e monopolizações que engrandecem a pobreza, especialmente nos países pobres e mais dependentes de atividades que ocupam o tempo livre, empresarialmente administrado, pela

ausência de certa modernização industrial. Aqui, mais uma vez, a setorização temática se desvincula das determinações gerais da reprodução e o crescimento do tempo livre, associado à crise do trabalho, não se vincula ao desdobramento da ideologia neoliberal. A expansão crítica do trabalho, como administração do tempo de não trabalho e, assim, com as determinações desta contradição exigem vincular turismo com a reprodução categorial crítica atual do capital. A unidade entre crise do trabalho e expansão da administração do tempo de não trabalho se cobra pela crítica de Marx. Sem esta associação, tanto turismo, como neoliberalismo podem aparecer independentes das determinações categoriais do capital. Trata-se de uma cobrança absolutamente cara à geografia, qual seja, a do sentido de totalidade.

Quanto à migração, presente como preocupação da geografia, relaciona diretamente o mundo do trabalho com os processos críticos da reprodução e com a revolução industrial por que passa o capitalismo no século XX, inícios do XXI (Francesconi, 2025). Com isso, a relação entre população e trabalho toca diretamente no problema categorial e tende a ser o tema que menos promove seu isolamento ao movimento universal da reprodução. As teses oriundas de Jean Paul de Gaudemar e associadas a Robert Kurz buscam esta relação de totalidade com o fenômeno migratório no mundo contemporâneo.

Nesse sentido, as teorias que desdobram as determinações atuais do capital fictício, certamente mobilizam os sentidos profundamente internos, essenciais, porque vinculados ao mundo do trabalho e à sua crise, sem acordos com a produção de mais valia. Nesta perspectiva, a formação de bolhas financeiras com a expansão das commodities agrícolas (Pitta e Silva, 2023) ou à expansão do espaço urbano (Alfredo, 2010) estão alicerçadas na significativa contradição marxiana entre redução da remuneração e expansão do capital, fetiche do capital. O aspecto mais fundo, no entanto, está na reprodução ampliada sob a forma do endividamento e da securitização num processo de expansão do capital monetário a desvendar as crises do capital não mais produtivo, mas financeiro, na forma de capital fictício. Esta geografia marxista, no entanto, pode se considerar centrada nas determinações universais do capital que atualiza Marx diante dos fenômenos do mundo contemporâneo sem contemporizar crise com produção positiva de valor. Daí a significativa associação entre capital fictício e colapso da modernização a mobilizar a universalidade negativa referente à miríade de fenômenos sociais,

históricos e geográficos. Se à geografia marxista cabe a dialética entre aparência e essência, entre expressões exotérica e esotéricas do capital, é preciso puxar o fio condutor da forma atual da acumulação e derivar daí os fetichismos espaciais, territoriais e outros a serem desvendados, ou a noção de totalidade está comprometida por uma miríade de totalidades desconexas e autorreferentes.

Diante deste balanço muito inicial da geografia marxista atual, ao que se nos indica, somente a unidade contraditória entre crise e acumulação poderia nos levar à compreensão das direções que o processo social toma em suas expressões mais externas, em termos de lutas, reivindicações sociais, precarização do trabalho, urbanização, avanço da indústria e do capital fictício sobre o campo, formas atuais de migração, dentre outros, de modo que eles não apareçam indeterminados em relação à reprodução social como um todo.

Referências

ALFREDO, Anselmo. O enigmático sujeito revolucionário. A reprodução periférica mundial do capital. Negatividade categorial e simultaneidade da crise. In: ALFREDO, Anselmo (org.), **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico**. São Paulo: Igra Kniga, 2023. p. 09-100.

ALFREDO, Anselmo. Modernização e relação sociedade natureza no capitalismo da passagem do século XXI. In: **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 27, n. 3, 2023b. https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2023.203192.

ALFREDO, Anselmo. Geografia e simultaneidade. A contradição centro-periférica e a crítica na periferia do capitalismo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 19-34.

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente e abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. In: **Terra Livre, AGB Nacional**, n. 34, 2010, p. 37-62.

ALVES, Glória. Periferias, racismo e lutas de classes. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 85-100.

ANDRADE, Manuel Correia de, A atualidade do pensamento de Elisée Reclus. In: ANDRADE, Manuel Correia de (org.), **Elisée Reclus**. Coleção Grandes Pensadores.n. 49, FERNANDES, Florestan (coord.). São Paulo: Ática, 1985, p. 07-37.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo, 2019.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo. Anti-Semitismo, Imperialismo, Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BOECHAT, Cassio Arruda et ali, Por uma geografia da crise. Editorial, In: **Geografares**, UFES, n. 28, 2019, p. 3-14. https://doi.org/10.47456/geo.v0i28

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 51-84

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A "geografia crítica" como crítica à geografia: Iluminando campos cegos da investigação. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 49-64.

CONTEL, Fábio. O papel das normas e do open finance na difusão das fintechs no território brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 189-204.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Neoliberalismo e turismo: uma abordagem crítica sobre e a partir do sul global. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 173-189.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e produção do espaço. In: **Revista Cidades**, v. 06, n. 10, 2009, p. 307-340.

FRANCESCONI, Léa. Migrações internacionais na cidade de São Paulo. In: In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 205-220.

GEORGE, Pierre. **Geografia do Consumo**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1971.

GEORGE, Pierre. **Geografia Econômica**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1983.

GEORGE, Pierre; GUGLIEMO, Raymond; KAYSER, Bernard; LACOSTE, Yves. **A geografia ativa**. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1980.

GONÇALVES, Carlos Walter P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

GROSSMANN, Henrik. **La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista**. Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1979.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 09–18, 2009a. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2009.74124. Disponível em: https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74124..

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JULIAZS, Paula Cristiane Strina. O ensino de geografia e as teorias histórico-cultural e histórico-crítica. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 159-172.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A irrupção. A revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Da teoria das crises à teoria das catástrofes. In: **GEOUSP. Espaço e Tempo**, n. 25, 2009, p. 138-152.

LENCIONI, Sandra. A reestruturação da indústria têxtil no estado de São Paulo. In: **Revista do Departamento de Geografia** FFLCH-USP, n. 10, 1996, p. 79-92.

LENIN, Vladimir Ilich. O imperialismo, fase superior do capitalismo. Ensaio Popular. In: LENIN, Vladimir Ilich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LUKACS, Georgy. **El asalto a la razón. La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler**. Introducción. Barcelona, México: Ediciones Grijalbo S.A., 1968, p. 03-74.

LUKACS, Georgy. **História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKACS, Georgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo editorial, 2012.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica**. (vol I e II). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARTINS, Elvio. Por que geografia e filosofia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 35-48.

MOREIRA, Ruy. A diferença e a geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. In: **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 1, 1999, p. 41-58.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política (Livros 1,2e3). São Paulo: Abril Cultural, 1988.

MEDEIROS, Marta Inez Marques. Relação sociedade e natureza e a relação sujeito objeto: retomando a contenda. In: MEDEIROS, Marta Inez Marques et all. (orgs.). **Perspectivas de natureza Epistemologias, negócios de natureza e América Latina**. São Paulo: Annablume, 2018.

MORAES, Antonio Carlos & COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Crítica. **A valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, s/d.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao estado isolado de von Thünen**. Doutorado - DG.FFLCH.USP, 1978.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O "econômico" na obra "geografia econômica" de Pierre George: Elementos para uma discussão. In: **Boletim Paulista de Geografia** - AGB-São Paulo - São Paulo, 1977, p. 41-52.

PITTA, Fábio Teixeira e SILVA, Allan. A pandemia da crise fundamental do capital no Brasil de Bolsonaro: inflação global, o estouro da mais recente bolha financeira mundial e desintegração social do capitalismo. In: ALFREDO, Anselmo (org.), **Geografia, crise e crítica social no capitalismo periférico**. São Paulo: Igra Kniga, 2023, p. 101-172.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Tecnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da crítica. uma contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira**, mestrado, PPGH-USP, 2001.

SCIFONI, Simone. Periferias e lutas de classes: disputas por políticas espaciais e de memória. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 123-140.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Metropolização: a reprodução do urbano na crise da sociedade do trabalho. In: **Revista Cidades**, v. 06, n. 10, 2009, p. 415434.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima, **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder.** Tietê e Pinheiros: Valorização dos Rios e das Várzeas na Cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, Ana Cristina Mota. **Do "entesouramento" à acumulação urbana. A produção do espaço de Fortaleza no século XIX.** Doutorado. São Paulo: Geografia FFLCH USP, 2005.

SIMONI, César Santos. Por uma geografia urbana do crime a partir da teoria política marxista. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 65-84.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. Teria a geografia ajudado a sepultar a história do capitalismo tardio? Reflexões funerárias de pouca pompa e nenhuma circunstância sobre o fim do mundo. In: CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de; DEL GAUDIO, Rogata Soares (orgs). **Marx, a geografia e a teoria crítica.** Rio de Janeiro: Consequências, 2023, p. 57-66.

TROTSKY, Leon. **O imperialismo e a crise da economia mundial. Textos sobre a crise de 1929**. São Paulo: Editora José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

VERDI, Elisa. Da reprodução da vida para a reprodução social crítica: Uma leitura de gênero do direito à cidade. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgas.) **Uma geografia na periferia do capitalismo**: São Paulo, Annablume, 2025, p. 141-158.

Como citar este artigo:

ALFREDO, Anselmo. Crise, crítica social e o marxismo na geografia contemporânea. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 116, p. 499–527, 2026. DOI: https://doi.org/10.61636/fd63d775

Recebido em 10 de dezembro de 2025

Aceito em 22 de abril de 2026

Sobre o(a) autor(a): Possui Graduação (1995), Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Pós-Doutorado em Geografia Humana (2005) pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP) e Livre Docência pelo DG FFLCH USP, em 2018, cujo título é Três Estudos Críticos. Kant, Hegel, Marx e o Resgate da Metafísica para a Crítica à Economia Política. A Dialética Sociedade Natureza para a Crítica Social de Marx. É professor com dedicação exclusiva na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, atuando, especialmente, nos temas sobre modernização, espaço, tempo e crítica social. Entre 2010-2013 foi Coordenador do Laboratório de Geografia Urbana do Departamento de Geografia FFLCH-USP. Chefe do Departamento de Geografia FFLCH-USP, gestões 2023-24 e 2025-26.

Editoração:

Thell Rodrigues

Igor Carlos Feitosa Alencar